

A missão do Congresso

O presidente do Congresso Nacional, senador Humberto Lucena, anuncia que não convocará a casa em sessão extraordinária para exame dos vetos que o presidente José Sarney apôs à recém-aprovada Lei de Orçamento da União. Pragmático, o senador paraibano justifica sua decisão com um cônido argumento: "Não seria possível obter quorum para deliberação nesse período de férias".

Seria, de fato, ingenuidade imaginar que os deputados e senadores — mais de cinco centenas — abandonariam o "contato com as bases" (que nesta época do ano se dá especialmente em cidades litorâneas) em troca dos aborrecimentos de plenário, das maçantes discussões e votações. Recorde-se que mesmo em sessões ordinárias tem sido raro o Congresso reunir número suficiente de parlamentares para deliberações. Salvo as honrosas exceções de praxe, a maioria tem se omitido de suas responsabilidades, negando sistematicamente quorum para importantes decisões. Para ficarmos apenas no período recente, nos últimos três meses o Congresso está virtualmente paralisado pelo absenteísmo de seus representantes. As escassas deliberações tomadas durante esse tempo foram por voto de lideranças.

Não obstante, são inúmeros os temas sobre os quais o Legislativo deveria manifestar-se com a maior celeridade. Muitos merecem a classificação de urgentíssimos — pois deles depende a normalização de atividades econômicas, do exercício de múltiplos direitos sociais, hoje entravados exatamente pela indefini-

ção a que foram lançados pelos congressistas. É o caso da regulamentação de centenas de dispositivos inscritos na nova Carta constitucional, sem a qual estes permanecem letra morta.

De outra parte, são freqüentes as manifestações de desagrado de parlamentares com a péssima imagem de que desfrutam junto à opinião pública. Obviamente, classificam-na como injusta e a explicam como resultado do "noticiário distorcido" produzido pela imprensa.

Não há como fugir à constatação de que a constante inexistência de quorum no Congresso e a má imagem dos parlamentares estão entrelaçadas. Os parlamentares insistem em fechar os olhos a essa realidade cristalina. Não percebem que está em jogo muito mais que o prestígio pessoal de cada político. É a própria instituição do Poder Legislativo que se coloca em xeque quando seus representantes mostram-se publicamente omissos.

Em nome da defesa do Congresso e do próprio regime democrático, impõe-se, como dever, que o conjunto dos parlamentares faça criteriosa avaliação do desempenho da instituição. E que, deixando de lado o vez, da defesa corporativista incondicional que a vem caracterizando, a Casa lance mão dos mecanismos internos de autodefesa e promova uma depuração de seus quadros, punindo aqueles cujo comportamento não se revele digno da instituição.

Este é o grande serviço que o Congresso poderá prestar a si próprio e ao País neste ano.